

economia libertária e suas perspectivas

josé maria carvalho ferreira*

Na grande maioria dos casos, entre todos aqueles ou aquelas que se consideram anarquistas, sempre existiu silêncio ou omissão sobre as problemáticas teóricas e práticas que se identificam com a construção de uma economia libertária hipotética nas sociedades contemporâneas.

Na minha opinião, há vários fatores que estão na origem desses fatos.

Em primeiro lugar, muitos anarquistas, por razões de índole ideológica e atitudes compulsivas e dogmáticas em relação a autores clássicos (como são os exemplos das leituras de Proudhon, Bakunin e Kropotkin), limitam-se a decorar e aplicar mecanicamente conceitos que acham ser os únicos válidos e verdadeiros para estimular a “revolução social” e a emancipação social. Embora se considerando diferentes, pensam e agem como qualquer cristão em relação à Bíblia. Este dogmatismo e religiosidade é tanto ou mais perverso,

* Professor no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e editor da Revista Utopia

posto que as contingências negativas da própria sociedade não lhes permite ler a obra completa do autor que habitualmente idolatram e, por outro lado, pura e simplesmente, desconhecem ou ignoram os autores que não se enquadram no seu modelo ideológico ou revolucionário.

Em segundo lugar, quando se trata de equacionar os conteúdos e as formas de uma economia libertária integrada numa sociedade anarquista hipotética, estes recorrem às experiências autogestionárias e coletivistas realizadas na Espanha, no período de 1936 a 1939. Não que esse exemplo histórico não seja extremamente positivo na sua singularidade emancipacionista. No entanto, continuar a preencher o vazio e a impotência do presente com fatos históricos que não foram pensados nem praticados por nós, é transformar bandeiras, heróis e experiências revolucionárias num ritual simbólico compulsivo movido pela força da inércia e da frustração. Mais grave ainda: mostra que não compreenderam as causas que levaram ao fracasso essa tentativa emancipacionista, continuam, para efeito, a raciocinar e agir como se o Estado e a sociedade capitalista não tivessem sido objeto de mudanças nos domínios econômico, social, político e cultural.

Em terceiro lugar, se considerarmos que a ordem econômica de qualquer sociedade integra quatro elementos básicos — produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços —, não se compreende que, hoje, para todos aqueles ou aquelas que fazem apologia à construção de uma sociedade anarquista ou da realização de uma revolução social, não persista a necessidade imperativa de apresentar um “modelo” de economia libertária que dê sentido e conteúdo a uma ação e um imaginário coletivo para extinguir as lógicas de regulação do Estado e do mercado sobre a economia

atual. Como não têm nenhuma proposta inteligível e, manifestamente, não demonstram capacidade para construir uma economia libertária hipotética, recorrem à cartilha dos clássicos ou, então, limitam-se a deixar a resolução desse problema para as calendas gregas: ou seja, o próprio ato da revolução social e seu dom teleológico implicam não somente na abolição do Estado, da propriedade privada, do trabalho assalariado e do capital, mas inclusive, por dedução lógica, esse ato de destruição ao se transformar num movimento social inevitável, por natureza criativo, informal e espontâneo, resolveria de uma só vez todos os problemas da economia libertária.

Esta posição é, aliás, predominante no atual movimento libertário internacional. Tudo o que se refere a esta temática é visualizado numa perspectiva negativista do Estado, do capital, do salariado e da propriedade privada. Todos os esforços e motivações dos seus militantes são enquadrados na crítica radical da sociedade capitalista e do Estado, sem, no entanto, propor qualquer modelo alternativo de economia libertária, quando pretendem intervir junto das massas trabalhadoras, dos oprimidos e dos explorados. Estando de acordo ou não com esse postulado, hoje, para quem quer construir uma sociedade anarquista, torna-se imperativo que os militantes dessa causa dêem visibilidade social a uma economia libertária qualquer. Interrogando-me, agora, sobre a natureza analítica da economia libertária através do pensamento de alguns autores clássicos, pergunto-me: Que economia libertária? O individualismo de Stirner? O mutualismo de Proudhon? O anarco-comunismo de Kropotkin? O comunismo libertário de Diego Abad Santillán deduzido de Bakunin e Malatesta?

Enfim, sei que não é uma tarefa fácil comparar autores cujas obras foram vividas e observadas em contextos sócio-históricos contrastantes e cujas análises nem sempre privilegiaram a linearidade conceitual. Não obstante estas dificuldades, num primeiro momento, analisarei as principais contribuições dos autores que citei. Num segundo momento, tendo presente as perversões criadas pelo capitalismo e o Estado em nível mundial, tentarei esboçar quais as tendências embrionárias de um tipo de economia alternativa, cujas incidências libertárias poderão ajudar a construir um caminho no sentido da anarquia.

Visões contrastantes da economia libertária

Do mesmo modo que fizeram uma crítica radical ao Estado e ao capitalismo, alguns autores clássicos anarquistas, embora diferentemente, esboçaram modelos ou hipóteses plausíveis de uma economia libertária. Esses modelos ou hipóteses plausíveis primam, em grande parte dos casos, na sua essência, por modalidades organizacionais e processos de socialização na produção de bens e serviços pautados pela auto-organização, pela democracia direta, por relações sociais de tipo informal e espontâneo. A articulação e a interdependência entre o espaço-tempo da produção com o espaço-tempo da distribuição, troca e consumo desses mesmos bens e serviços numa perspectiva sistêmica, leva-nos, inevitavelmente, a pensar a economia libertária traduzida em outros tipos de interdependências mais complexas e mais abstratas, em nível local, regional, nacional e mundial. As características da auto-organização, da democracia direta, das relações sociais de tipo informal e espontâneo manifestam-se, também, nos espaços-tempo da

economia global em redes sociais de reciprocidade, de cooperação e de solidariedade. Não existindo poder nem autoridade hierárquica de tipo formal, as incidências dos fenômenos de coordenação e de decisão das redes sociais são veiculadas por relações sociais centradas na liberdade dos indivíduos, no apoio mútuo, na socialização da riqueza, no mutualismo e no federalismo. O imperativo da identidade coletiva entre produtores e consumidores inscreve-se em princípios e práticas predispostos à abolição de quaisquer resquícios de opressão ou exploração no mundo do trabalho.

Em termos genéricos talvez tenha feito uma síntese aproximada sobre o que escreveram os autores clássicos em suas análises. Entretanto, a leitura específica dos quatro autores nos leva a observar uma série de divergências e oposições no que concerne à definição conceitual de um modelo hipotético de economia libertária no contexto da sociedade anarquista.

Começemos por Max Stirner, um autor “maldito” entre o pensamento dominante e, também, entre os anarquismos que têm sido predominantes na história do movimento libertário internacional.

Em sua principal obra — *O único e a sua propriedade* — por razões demasiadamente conhecidas na época, como a influência de Hegel e Marx no pensamento filosófico e político de meados do século XIX na Europa Ocidental, Max Stirner, pelas opções filosóficas e políticas que desenvolveu, permite-nos afirmar que o seu dilema analítico era distante e oposto da visão materialista e histórica de Marx. Para este, como todos sabem, os fenômenos econômicos determinavam, em última instância, toda a ordem social, política e cultural.

Uma leitura fácil e dogmática de Max Stirner¹ leva muitos anarquistas a considerá-lo como expoente de um

anarquismo individualista, em muitos domínios semelhante aos valores, interesses e motivações identificados à ideologia liberal burguesa. Por outro lado, os anarquismos com maior visibilidade social, com especial incidência para o anarco-comunismo, o anarco-sindicalismo e o comunismo libertário, sempre viram, nas proposições filosóficas, políticas e sociais do individualismo de Stirner, algo desnecessário que roia todas as bases de organização social e de motivação das massas trabalhadoras que aspiravam realizar a revolução social.

É evidente que o indivíduo egoísta stirneano não obedece a qualquer deus ou amo, nem a qualquer entidade abstrata exterior à realidade intrínseca da sua individualidade e liberdade. É um indivíduo natural e espontâneo que recusa qualquer poder ou autoridade que interfira ou colida com a sua essência e a sua subjetividade. O egoísmo do indivíduo é o meio e o fim da sua essência concreta. Se não assumir a sua essencialidade egoísta torna-se um escravo e um alienado face aos anacronismos da exploração do capital, da autoridade do Estado, do poder dos deuses e de todas as abstrações despóticas e totalitárias, como são os casos dos conceitos de sociedade, da universalidade, da humanidade e do próprio homem.

Não pense que o indivíduo egoísta de Max Stirner se traduz na oposição ao caráter abstrato e alienante da sociedade e da humanidade. Para ele, o indivíduo enquanto unidade particular inserida em todas as relações interpessoais e intergrupais funciona sempre como Único nas suas pulsões egoístas, na medida estrita em que só elas permitem que ele seja, efetivamente, livre e Único em todas as manifestações possíveis de vida. Portanto, não é a família, o grupo de referência, a comunidade, a cidade, o país ou a sociedade que explica

a essência dos indivíduos egoístas que as integram, mas é precisamente o contrário.

No sentido amplo do termo, a “associação” plausível de indivíduos egoístas aparece como o cimento aglutinador e integrador de individualidades, liberdades e propriedades pessoais decorrentes de uma diversidade de Únicos. Os indivíduos, quanto mais egoístas forem, maior probabilidade terão, efetivamente, de serem livres e, por outro lado, se defenderão de uma forma espontânea e natural contra qualquer constrangimento grupal, comunitário, coletivo ou de outras formas de autoridade e de poder institucionalizado em qualquer sociedade hipotética: sociedades tradicionais, comunista, socialista ou capitalista.

Diria-se que as teses de Stirner são muito próximas da visão dos economistas neo-clássicos ou dos anarco-capitalistas que vêem no indivíduo um *homo economicus* detentor de uma subjetividade baseada no interesse e escolhas racionais, cujas preferências no quadro das funções de produção e de consumo explicariam, através da agregação desses interesses e preferências, o equilíbrio entre a oferta e a procura de bens e serviços no mercado e, em última instância, os preços de mercado, os salários e o lucro. Nada mais absurdo. O indivíduo egoísta de Stirner nunca pode se sujeitar a uma relação social consubstanciada em qualquer poder arbitrário de um *homo economicus* alienado e atomizado pelas leis da economia, cuja sustentabilidade e reprodução se baseiam em poderes e autoridades exteriores aos indivíduos: dinheiro, mercado, Estado, capitalismo, sociedade, humanidade, universo, etc.

Portanto, das poucas deduções que se podem fazer sobre a obra de Max Stirner em termos de uma economia libertária hipotética, é que nunca poderá

surgir de qualquer tipo de sociedade ou modelo de ordem econômica, inclusive, de uma sociedade anarquista finita. É verdade que Stirner, ao descuidar o indivíduo da sua essência de ser social e biológico e, por outro lado, o fato de não ter deduzido que todos os tipos de organização implicam interdependências e complementaridades, ou seja, reciprocidade, cooperação e solidariedade, esqueceu-se ou omitiu uma parte substancial do espaço-tempo da construção da identidade e da liberdade dos indivíduos egoístas. A hipótese remota de associação só emerge quando se produz, distribui, troca e se consomem bens e serviços de forma natural e espontânea. Nestas condições, será que a essência egoísta de cada indivíduo, da sua irreduzível liberdade e da sua subjetividade intrínseca traduzida na sua propriedade inalienável é atravessada pelo dom da ubiqüidade do Único? Todavia, na opinião do autor, este Único articulado com interesses e subjetividades de índole econômica nunca poderá ser cristalizado numa ordem ou modelo econômico institucionalizado e formalizado, porque, assim, estaríamos perante poderes e constrangimentos totalitários, coletivos, abstratos, sempre exteriores aos indivíduos e sempre cerceadores da sua liberdade e individualidade espontânea e natural.

A partir de leituras e comparações entre a obra de Proudhon e Stirner se constata facilmente que existem contradições e perspectivas opostas em relação ao que seria uma economia libertária hipotética. Embora a antinomia seja crucial para percebermos a função da dialética serial de Proudhon² como base científica da interpretação, explicação e conhecimento da ordem econômica de qualquer tipo de sociedade, os dilemas essenciais de qualquer indivíduo integrado numa economia libertária hipotética, serão sempre atravessados por fenômenos de cooperação “versus” competição,

altruísmo “versus” egoísmo, vida “versus” morte. Nesta perspectiva, indivíduo e sociedade são parte e totalidade de uma essência indestrutível, identitária, contraditória e conflitante que nunca terá uma solução final, mas pode ser sujeito e objeto de aperfeiçoamento sistemático, se caminhar no sentido da construção de uma sociedade anarquista e, necessariamente, de uma nova ordem econômica.

É evidente que é preciso ter atenção em dois fatores na obra de Proudhon. Em primeiro lugar, muitas reflexões deste autor resultaram de conjunturas históricas criadas pelas perversões do Estado opressor e dominador e do capitalismo explorador e expropriador. Em segundo lugar, a unidade e a essencialidade dos indivíduos e dos grupos que constituem qualquer tipo de sociedade, implica em analisá-los como partes de um todo, integrando quatro ordens específicas: ordem social e cultural, ordem econômica, ordem política e ordem biológica. Embora possamos compreender a especificidade de cada uma delas, elas são inevitavelmente interdependentes e complementares. Se não fosse assim, nunca se compreenderia como o fator trabalho, enquanto fundamento criador/ produtor de toda a riqueza social é expropriado e alienado em relação à propriedade inalienável do trabalho individual e do trabalho coletivo reportado às suas funções e tarefas.

A primeira grande obra de Proudhon — *A propriedade é um roubo*³ — não é uma mera crítica à ciência econômica burguesa que, na ocasião, via na natureza do trabalho e nas virtualidades mágicas e abstratas do mercado, a razão de ser do lucro, do trabalho assalariado, das desigualdades sociais, mas também e, sobretudo, as virtudes e essência do *homo economicus* como paladino da razão, do progresso, da liberdade e da democracia. Para Proudhon, a ordem política inscrita nas decisões e

funções do Estado e dos partidos que aspiravam governá-lo, em relações demarcadas pelo poder e autoridade hierárquica formal, não se circunscrevia exclusivamente a exercer a dominação sobre os trabalhadores, mas, sobretudo, porque qualquer função capitalista resultava num roubo e nem gerava riqueza social. Como conseqüência, o Estado composto por burocracias profissionais e burocracias políticas, transformou-se num verdadeiro parasita daqueles que o criavam: os trabalhadores que produziam a riqueza social. Mas, para Proudhon, quem diz ordem econômica no sentido libertário do termo, diz correlativamente que é necessário arranjar modalidades de produção, de distribuição, de troca e de consumo da riqueza criada pelo trabalho. Nestas condições, é necessário pensar nas características das relações sociais, nos processos de socialização, nas redes sociais, no conhecimento, na energia, na informação, na matéria que o mundo do trabalho deverá desenvolver para criar e reproduzir harmoniosamente uma nova ordem econômica libertária, que denominou de Federação Agrícola-Industrial.⁴

Não admira que, para Proudhon, a liberdade, a autogestão, o mutualismo e o federalismo sejam conceitos diferentes, cujas especificidades e substancialidades se reportavam a um sistema global de economia libertária coerente. As relações sociais, a integração e a coordenação social subjacentes à ação individual e coletiva dos indivíduos, grupos, coletividades locais, regiões, continentes e sociedade global, fundamentariam-se através da mesma ordem econômica: produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços incrustados em relações sociais baseadas na democracia direta, liberdade, cooperação e reciprocidade. Ou seja, a identidade entre produtor e consumidor, entre

trabalhador individual e trabalhador coletivo, entre a riqueza produzida e a sua posse, através da associação e auto-organização de trabalhadores livres e soberanos.

O mutualismo é, indiscutivelmente, o espaço-tempo crucial da entrada do indivíduo no coletivo ou no grupo, onde a auto-organização da produção, da distribuição, da troca e consumo de bens e serviços pode e deve realizar-se prioritariamente. Mas, se falarmos nas interdependências e complementaridades desses indivíduos integrados em múltiplas mutualidades no contexto de uma ordem econômica de incidência espaço-temporal local, como espaços e temporalidades mais extensas compostos por zonas geográficas e territoriais de âmbito regional, continental e mundial, então só através da federação e da confederação das múltiplas mutualidades poderemos ver emergir a democracia direta, a liberdade, a cooperação e a reciprocidade num sentido sistêmico e profundo. Só nessa base podemos escrever ou falar sobre uma economia libertária hipotética, onde não haveria lugar para a existência de padrões e de Estados, e, tampouco, para qualquer tipo de sociedade comunista.

Para Proudhon, a liberdade era o principal incentivo das relações sociais espontâneas e informais no mundo do trabalho que permitiam a emergência da democracia direta, da auto-organização, da cooperação e da reciprocidade no seio do mutualismo e do federalismo.⁵ Pode parecer paradoxal, mas, neste domínio, entre Max Stirner e Proudhon não existem diferenças profundas quanto aos seus modelos de análise em relação às proposições de uma economia libertária hipotética numa sociedade anarquista. Tanto Stirner, quanto Proudhon eram profundamente anti-comunistas, na medida em que a uniformidade e a igualdade impostas por qualquer Estado, mercado, modelo de sociedade, por essência e

natureza histórica, eram sempre exteriores, constringedores e abstratos, em relação à identidade concreta, única e inalienável de cada indivíduo e de cada liberdade. Em qualquer contexto societário, uma sociedade comunista hipotética se traduziria, inequivocamente, em modalidades coletivas de opressão e exploração sobre os indivíduos e os trabalhadores que aspiravam a ser livres e soberanos.

Da mesma forma que Proudhon via a ordem econômica de características libertárias como expressão genuína do desenvolvimento científico de uma nova ciência denominada Economia Social⁶, a reflexão e a luta de Kropotkin polarizada à volta do anarco-comunismo basearam-se, fundamentalmente, num tipo de epistemologia e metodologia de incidência científica.⁷ As abordagens de caráter econômico, por essa razão, primavam pela crítica radical do Estado e do capitalismo, demonstrando como as suas modalidades de regulação e de socialização eram ineficientes em termos de produção e consumo de riqueza social e, sobretudo, revelavam-se manifestamente contrárias através das suas perversões organizacionais, culturais, naturais, humanas e tecnológicas, porque não estavam positivamente integradas nos parâmetros dos princípios e das práticas científicas de uma ordem econômica libertária.⁸ Neste sentido, toda a problemática do anarco-comunismo enquadrada numa perspectiva de economia libertária, em termos de modalidades de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços, resumia-se aos pressupostos da razão e do progresso de quaisquer sociedade no quadro da sua diversidade científica: física, economia, sociologia, biologia, geografia, antropologia, história, etc. Como já sublinhei, embora existam outros fatores explicativos da necessidade da implantação de uma economia libertária

identificada com os pressupostos do anarco-comunismo, em última instância, na primeira obra referenciada de Kropotkin⁹, o imperativo científico é determinante.

Uma das obras que nos ajuda a compreender o pensamento de Kropotkin é sem dúvida *O Apoio Mútuo*¹⁰ escrito nos finais do século XIX. Pode-se deduzir que esta obra de referência não está voltada para um tipo de análise científica que é, essencialmente, de índole filosófica, biológica e sociológica, partindo-se, assim, do princípio que o autor negligenciaria a dimensão analítica de uma economia libertária hipotética. Não é essa a minha opinião.

Kropotkin, por um lado, critica radicalmente as versões científicas dos autores mais emblemáticos desse período histórico, que procuram demonstrar científica e positivamente a existência da sociedade capitalista e do Estado através de comparações e deduções “inquestionáveis” das ciências biológica, antropológica e social. Assim, não é de se admirar que Darwin e Malthus, entre outros, tenham sido idolatrados e criticados. A analogia e a comparabilidade do homem e da sociedade com outras espécies animais e vegetais transformou-se no grande paradigma científico da época. Entretanto, a extrapolação abusiva dessas leis biológicas e naturais para as ciências sociais e humanas resultava na naturalização histórica do capitalismo e do próprio Estado. Por outro lado, o fato dos seres humanos e da própria sociedade resultarem de processos biológicos e sociais de natureza espontânea e informal, levava a reflexões comparativas incongruentes entre as espécies humana, animal e vegetal. Daí terem extrapolado que a supremacia da liberdade e da individualidade de cada um, a relação destes com qualquer grupo, sociedade ou comunidade, se faria, inevitavelmente, através da competição, da concorrência, da violência: ou seja, da

lei do mais forte. “Inquestionavelmente”, só existia uma síntese e uma leitura possível: a opressão e exploração provocadas pelo capitalismo e pelo Estado eram naturais, positivas e irreversíveis na evolução de qualquer tipo de sociedade.

É contra estes pressupostos anti-científicos e negativos para o projeto emancipalista do anarco-comunismo que Kropotkin escreve a referida obra.¹¹ Como metodologia, a comparabilidade e analogia com outras espécies animais e vegetais permite-lhe extrapolar e extrair conhecimentos científicos para analisar a espécie humana, o homem e as sociedades. A grande inferência científica que extrai resume-se ao fato da competição, da concorrência, da violência e do egoísmo dos indivíduos serem contrários à identidade coletiva dos seres humanos, assim como da sua liberdade, naturalidade e espontaneidade e, logicamente, da negação de relações sociais condescendentes na democracia direta, da auto-organização que Kropotkin considera como bases essenciais dos processos de socialização e de sociabilidade que veiculam a cooperação, a solidariedade e o apoio mútuo. Digamos que a espécie humana é naturalizada pelo poder da natureza e o homem torna-se finalmente um ser bom e livre. Todos esses fatores conjugados de uma forma irrefutável culminariam na instauração generalizada de comunidades libertárias, cuja síntese global e universal se traduziria na construção de um modelo de sociedade anarco-comunista. Esta, por sua vez, funcionava historicamente como o maior e o melhor antídoto para erradicar e expropriar o capitalismo e o Estado de forma definitiva.

Entrando mais especificamente no domínio da economia libertária, na perspectiva de Kropotkin, quer a partir da primeira, quer da segunda obra que já foram

referenciadas, nos damos conta que os setores industrial, agrícola e de serviços seriam sempre a essência de qualquer tipo de economia. A abolição da propriedade privada, da divisão do trabalho, do lucro, do capital, do valor de troca, do dinheiro e do Estado impunha-se excessivamente, na medida em que, só assim, se poderia construir um modelo de economia libertária estável na auto-organização, na cooperação e no apoio mútuo das comunidades libertárias e do anarco-comunismo societário. As contradições e eventuais conflitos entre a liberdade e a individualidade de cada indivíduo integrante das comunidades libertárias ou da sociedade anarco-comunista são pura e simplesmente omitidos. O poder simbólico e abstrato da comunidade libertária e da sociedade anarco-comunista dá sentido uniforme e orientação coletiva à percepção e comportamentos dos indivíduos, a ponto de qualquer incidência de desvio, interesse competitivo, ato agressivo ou egoísta, ser espontânea e naturalmente controlado e regulado pelos seus princípios e práticas. O simbólico abstrato tem um poder de socialização e de sociabilidade onipotente e onisciente, transformando todos os indivíduos em agentes cooperantes e solidários dos mesmos interesses, das mesmas motivações e das mesmas pulsões de vida inscritas na ordem econômica libertária. Segundo Kropotkin, a harmonia é generalizada nas relações de identidade entre o homem e a natureza, entre indivíduos e grupos, entre estes e comunidades libertárias e entre estas e a sociedade anarco-comunista.

A análise elaborada por Kropotkin¹² numa das obras de maior divulgação no meio libertário internacional — *A Conquista do Pão* — propicia-nos uma abordagem mais centrada numa perspectiva de economia libertária. O imperativo hierárquico do consumo em relação à

produção esboça-se em função do denominador comum estabelecido pelo anarco-comunismo: *de cada um, segundo as suas capacidades e para cada um segundo as suas necessidades*. Para Kropotkin torna-se fundamental comunizar e socializar as necessidades de todos os indivíduos através do consumo da riqueza social de uma forma igualitária. Por isso, quando a materialização da revolução social no sentido da construção da sociedade anarco-comunista, impõe-se à necessidade imperiosa de expropriar todo o capital existente: campos, fábricas, vias de comunicação, educação, casas, hospitais, etc. A propriedade privada é extinta de forma radical e imediata.

Como primeira aproximação da leitura desta obra, verifica-se que o primado comunista das necessidades coletivas determina e controla de forma totalitária as necessidades e as motivações individuais da economia libertária. Agora já não é o mercado, nem o capitalismo, nem o Estado, que regulam as pulsões de vida e, logicamente, as motivações e os interesses dos indivíduos produtores e consumidores, livres e soberanos por natureza, mas uma entidade coletiva abstrata que através dos seus valores, ética, princípios, define que a economia “deixa de ser uma simples descrição de fatos para tornar-se uma ciência, como é, por exemplo, a fisiologia, podendo definir-se, como o estudo das necessidades e dos meios de satisfazê-las com a menor perda possível de forças humanas”.¹³ A ciência, por essência abstrata, substitui os indivíduos e os grupos como elementos de racionalização da economia. Este raciocínio da supremacia das necessidades econômicas é acompanhado por uma certa omissão e secundarização das tipologias organizacionais reportadas à produção de riqueza social.

Assim sendo, se não se pode medir o esforço, a motivação e a participação de cada indivíduo em relação à produção de riqueza social, porque os indivíduos são diferentes, quer genética, quer culturalmente, qual o fator ou os fatores do modelo de economia libertária preconizado por Kropotkin que permitirão restabelecer a identidade individual nas suas múltiplas articulações com a identidade coletiva, sobretudo nos aspectos concernentes à sua liberdade e espontaneidade reportados à socialização de riqueza social? No amplo sentido do termo, a igualdade que personifica a identidade coletiva implica também diferença e diversidade, pois só estes fatores permitem a emergência da identidade individual de indivíduos livres e soberanos que hipoteticamente integrarão qualquer grupo, comunidade ou sociedade. Só nestes termos poderemos prever relações sociais baseadas na espontaneidade e na informalidade. Só nestes termos poderemos observar a incidência histórica da cooperação, da democracia direta, da reciprocidade, do apoio mútuo e da auto-organização, na medida estrita em que é possível a participação e decisão efetiva de indivíduos livres e soberanos. A contradição e o caráter conflitante entre a anarquia e o comunismo é, nestes domínios, crucial. Para a anarquia, a liberdade individual coexiste e é paralela com a liberdade coletiva, na medida em que ambas cooperam e são recíprocas nos seus objetivos, interesses, necessidades econômicas e convergentes no sentido de uma ação individual e coletiva progenitora da emancipação social. Ou seja, em termos concretos, anarquia, liberdade individual e liberdade coletiva são simultaneamente meios e fins. No âmbito do comunismo conceitualizado por Kropotkin, o indivíduo, enquanto entidade livre e soberana, só existe no contexto da liberdade e da soberania coletiva. O igualitarismo e a uniformidade comportamental e

cognitiva impostos totalitariamente aos indivíduos, embora não sejam veiculados pelo Estado e pelo capital, são realizados por uma entidade abstrata que não tem rosto, por um ideal despótico e abstrato possuidor de um poder semelhante ao poder divino e ao poder natural: a ciência, a ideologia e a natureza.

Por isso, não basta que Kropotkin desenvolva este tipo de raciocínio contraditório: “O nosso comunismo, porém, não é nem o dos falansterianos nem o dos teóricos autoritários alemães. É o comunismo anarquista, o comunismo sem governo — o dos homens livres. É a síntese dos dois objetivos procurados pelo homem através das idades: a liberdade econômica e a liberdade política”.¹⁴ A situação de exterioridade e de abstração de quem pensa e decide por qualquer indivíduo continua. Perpetuam-se as situações de expropriação e de exploração sobre os potenciais criadores de riqueza social, agora já não pelo Estado e pelo capitalismo, mas pelos funcionários que têm autoridade e legitimidade para liderar e decidir as modalidades de produção, de distribuição, de troca e consumo de bens e serviços. A propriedade privada é abolida, mas em sua substituição é criada e reproduzida a propriedade coletiva através de um poder simbólico, abstrato, exterior e opressor da liberdade e da individualidade de cada indivíduo: o anarco-comunismo.

Como exemplo pragmático e não meramente simbólico de uma perspectiva de economia libertária, poderemos focar a obra de Diego Abad de Santillán — *Organismo econômico da Revolução — a autogestão na revolução espanhola*.¹⁵ Embora tivesse sido escrita no período histórico de 1931 a 1936, atravessado pela efervescência revolucionária na Espanha de então e pelas diferentes concepções de revolução social e de construção de uma sociedade anarquista, a originalidade

do pensamento do autor como modelo de economia libertária é importante. Várias razões me levam a esta afirmação.

Em primeiro lugar, a Espanha, nesse período histórico, era um imenso laboratório de experimentação de tentativas revolucionárias dinamizadas pela CNT e, ainda, de forma rudimentar pela FAI. Em segundo lugar, os aspectos totalitários e negativos do socialismo soviético já eram demasiadamente conhecidos para se clarificar as antinomias e as contradições subsistentes entre sociedades “socialistas” e sociedades “comunistas” e, sobretudo, entre estas e a probabilidade de construção de uma sociedade anarquista. Por outro lado, a revolução social iniciada em 19 de Julho de 1936 na Espanha estava muito próxima da sua redação e, em certa medida, resultava das teorias e práticas que foram desenvolvidas no Congresso Confederal da CNT de Zaragoza em 1936.

De qualquer forma, e tendo presente a história da sua elaboração, essa obra de Diego Abad de Santillán personifica o conteúdo do pulsar da revolução social na Espanha de então e, por outro lado, na sua perspectiva econômica orienta-se no sentido do comunismo libertário que tinha sido preconizado por Bakunin e Malatesta.

Diga-se de passagem que Diego Abad de Santillán, a esta altura, era um militante preponderante no seio da FAI e tinha influência no seio da própria CNT. Defensor obstinado da extinção do Estado e do capitalismo, nessa obra não se limitou a criticar as incongruências e as perversões causadas pelos mesmos. No seu entendimento, para dinamizar, de fato, a emancipação dos trabalhadores espanhóis não bastava criticar o capital e o Estado, era, ainda, fundamental iniciar o

processo histórico de experimentação concreta da construção da sociedade anarquista. Para tal efeito, haveria que prever um tipo de economia libertária que levasse em consideração todos os aspectos teóricos e práticos relacionados com a organização da economia num contexto de mudança revolucionária. A complexidade e a dimensão dos fatores que integram essa perspectiva implica, segundo o autor, pensar nas modalidades de organização, de coordenação e de decisão em tudo que se reporta ao trabalho, às necessidades de produção e de consumo e à conseqüente troca e distribuição.

O primeiro dilema para Diego Abad de Santillán reportava-se às modalidades de socialização da riqueza social que permitiriam extinguir o capital e o Estado. Seguindo a lógica dos comunistas libertários, esse papel fulcral cabe à ação coletiva das massas trabalhadoras que são objeto de opressão e exploração. Portanto, a classe social que não tinha nada a perder e tudo a ganhar com a revolução social, de uma forma espontânea e natural, se transformaria na vanguarda que lideraria o processo de emancipação dos trabalhadores, sem para tal efeito precisar de vanguardas partidárias ou religiosas. Para superar eventuais contradições no decorrer da ação coletiva e revolucionária, os trabalhadores espanhóis precisavam de organizações específicas, daí a lógica e o fundamento da criação da AIT em 1864, da CNT em 1910 e da FAI em 1927.

Assim, para o autor, a construção de uma economia libertária tornava-se possível: “Basta-nos um fato: queremos conquistar a riqueza social, não para destruí-la, mas sim para administrá-la melhor que o capitalismo e mais eficazmente que o Estado. Isto nos obriga a: a) conhecer esta riqueza em cuja posse haveremos de entrar; b) saber desde agora quais os recursos que

teremos de utilizar para que a expropriação dos expropriadores resulte numa vantagem positiva e imediata para a sociedade”.¹⁶

Desse modo, a plausibilidade da instauração de uma economia libertária hipotética, mesmo na fase de expropriação da riqueza social, obrigaria à utilização de métodos e técnicas contabilísticas, por essência racionais, de forma a inviabilizar perversões e omissões comportamentais desviantes e, desse modo, administrá-la e fortalecê-la no contexto da revolução social. A sua essência coletiva passa pela organização sistemática das múltiplas necessidades de produção, de distribuição, de troca e consumo de bens e serviços considerados essenciais para a sustentabilidade e continuidade da instauração do comunismo libertário.

Não se admira, assim, que para o êxito definitivo e hipotético de uma economia libertária no contexto da sociedade espanhola fosse visualizada com base na criação de *Conselhos de Ramo* nos domínios da alimentação, da habitação, do tecido e do vestuário, produção agrária, comunicações, transporte, indústria química, metalurgia, mineração e beneficiamento, saúde e higiene, luz, força motriz e água, imprensa e livro, cultura, pesca, produção pecuária e produção florestal. Por outro lado, eram criados o *Conselho do Crédito e do Intercâmbio*, assim como o *Conselho Local da Economia*, os *Conselhos Regionais da Economia*, a *Federação Nacional dos Conselhos de Ramo* e o *Conselho Federal da Economia*.

Toda a organização da economia libertária, na perspectiva de Diego Abad de Santillán, deveria ser estruturada no sentido da identidade entre o produtor e o consumidor. A distribuição da riqueza social assim como a troca de bens e serviços se faria através da

liberdade, da auto-organização e da democracia direta. Admitamos que todos os capitalistas e burocratas das diferentes profissões e corporações fossem transformados em trabalhadores emancipados por meio de compressões e controle da economia libertária. Neste caso, também em relação a este autor, pode-se equacionar a mesma problemática que foi feita à obra de Kropotkin. Como é que a liberdade individual e a liberdade coletiva coexistem e se identificam? Quem determina e regula as necessidades de cada indivíduo e da sociedade no contexto da economia libertária? Na minha opinião, embora com menos compressões e controle, já analisados em relação ao anarco-comunismo de Kropotkin, na perspectiva de Diego Abad de Santillán emerge uma entidade abstrata e totalitária que decide, lidera e tem o poder da razão para administrar a economia e o poder simbólico dos valores, crenças e ideologia inscritos no modelo do comunismo libertário.

Entretanto, após as experiências vividas no âmbito da revolução social na Espanha, no período de 1936 a 1939, Diego Abad de Santillán muda muitas de suas certezas revolucionárias em relação ao que tinha previsto no Congresso de Zaragoza de 1936.

Na verdade, as frustrações, as perversões pessoais e ideológicas levaram-no a assumir a anarquia mais como um ideal e uma utopia do que como um modelo econômico definitivo. A hipótese de uma economia libertária era, por tais motivos, sempre um projeto societário inacabado e só se realizaria paulatinamente através de experiências concretas. A auto-organização e a autogestão continuavam a ser os dilemas principais da luta dos trabalhadores assalariados contra o capital e o Estado. Na sua opinião, não havia a necessidade de definir, previamente e rigidamente, as práticas e os princípios de um modelo econômico libertário qualquer.

Desse modo, em qualquer circunstância, uma economia libertária hipotética se desenvolveria de uma forma espontânea e natural no decorrer do processo histórico revolucionário.

No fim da sua vida, Diego Abad de Santillán define bem o que entende por economia libertária: “Hay que repetirlo, el anarquismo no es un sistema político ni un sistema económico, es un anhelo humanista que no culmina en una orientación o en una estructura ideales, perfectas, sin rozamientos de intereses ni ambiciones de poder (...) El anarquismo no está vinculado, encadenado a ningún sistema económico, los conocidos y los desconocidos”.¹⁷

Hipóteses históricas de emergência de uma economia tendencialmente libertária

Após ter feito uma leitura sintética das obras mais importantes de autores clássicos, interessa agora perceber as mudanças efetuadas no âmbito do Estado e do capitalismo e, logicamente, a sua natureza negativa e as características da atual crise gerada pelo fenômeno da globalização. Por outro lado, é de grande importância compreender e explicar porque é que as diferentes perspectivas de economia libertária enquadradas num imaginário coletivo de incidência anarquista — anarco-comunismo, anarco-sindicalismo, comunismo libertário — não prosseguiram como experiências societárias, apesar de já termos assistido à falência do modelo socialista de tipo soviético e de se terem agravado as bases de legitimidade e de institucionalização das relações de exploração e de dominação decorrentes das funções perniciosas do Estado e do capitalismo.

Com o advento da revolução e mudanças induzidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC),

sobretudo, ao nível da micro-eletrônica, informática, biotecnologia, robótica, telemática, indústria espacial, etc., assistimos a grandes transformações nas modalidades comportamentais, cognitivas e organizacionais da totalidade dos trabalhadores assalariados que estão inseridos nas atividades econômicas reportados aos setores primário, secundário e terciário.

As principais mudanças estruturais e estruturantes relevam o fato de que o processo de automatização iniciado pelas TIC a partir da década de 70 do século XX, não só tem se generalizado progressivamente nas estruturas e funções dos três setores da atividade econômica, como ainda tem evoluído no sentido da sua expansão gigantesca no setor de serviços, relegando o setor industrial para uma posição subalterna e o setor agrícola para uma situação residual. A explicação plausível desta evolução decorre, em grande parte, do deslocamento e integração da maior parte da energia, informação e conhecimento que antes estava polarizada no “saber-fazer” dos trabalhadores assalariados da segunda revolução industrial para os mecanismos automáticos das TIC. Por essa razão, bilhões de trabalhadores assalariados são despejados dos locais de trabalho, outros tantos são objeto de reciclagem e formação profissional, enquanto que aqueles que pretendem trabalhar são estrangidos a obter novas qualificações e competências face às exigências de flexibilidade, polivalência e empregabilidade ditadas pelos mecanismos de concorrência e de competição no mercado de trabalho à escala local, regional, nacional e mundial.

Os custos de produção e, logicamente, todas as atividades econômicas que integram a produção de bens e serviços são cada vez mais baseados em informação e

comunicação e a sua natureza substantiva é, predominantemente, imaterial. Em termos espaço-temporais, os atos de produção coincidem cada vez mais com os atos de distribuição, troca e consumo. O tempo real do tempo virtual. A generalização de redes sociais de tipo informal e espontâneo subvertem, de forma inaudita, o espaço-tempo e os custos de produção de bens e serviços inscritos na lógica de regulação normativa do mercado e do Estado, a ponto de assistirmos à expansão gigantesca da economia informal sustentada e reproduzida pela pobreza, fome, exclusão social, crime, violência, droga e guerra. A economia informal revela-se simultaneamente como sintoma de uma crise inaudita do Estado e do capitalismo a nível mundial e, por outro lado, como sintoma da sua própria perpetuação.

Se quisermos encontrar um denominador comum nesta evolução, verificamos um que é inquestionável: a racionalidade instrumental do capitalismo. A crescente integração da ciência e da técnica nos múltiplos setores da atividade econômica possibilita que as relações de dominação e de exploração do capital sobre a natureza e sobre o mundo do trabalho sejam potencializados. O mundo do trabalho é um meio e um objeto privilegiado da grande finalidade do capital: a maximização do lucro. A apropriação do lucro e a sua socialização é, cada vez mais, abstrata e diversificada. Embora saibamos quase tudo sobre o poder das grandes empresas multinacionais e grupos econômicos transnacionais nestes domínios, pouco ou nada sabemos das redes financeiras internacionais que dominam o mercado bolsista e financeiro mundial, nem tampouco o controle que exercem na sustentabilidade e reprodução dos vários tipos da economia informal.

Em um sentido amplo do termo, estamos perante uma racionalidade instrumental do capitalismo que é cada

vez mais abstrata e cada vez mais exterior à vontade dos seus próprios progenitores. Se não fosse essa a tendência atual, não se compreenderia porque é que a vontade coletiva de todos os capitalistas do mundo não se desenvolve no sentido de tornar todos os potenciais escravos modernos em produtores e consumidores de mercadorias, e por essa via, tornarem-se também escravos modernos da distribuição e da troca de todas as mercadorias que produzem e reproduzem o sistema capitalista. Se conseguissem resolver tal pretensão, todos os potenciais capitalistas do mundo se sentiriam realizados nas suas necessidades históricas de dominação e de exploração: maximizariam o lucro e integrariam o mundo do trabalho na sua lógica de estabilidade normativa.

O Estado-Nação, por outro lado, evoluiu no sentido de uma crise profunda, cuja perda de legitimidade e funcionalidade junto da sociedade civil está pondo em risco a sua sobrevivência histórica. Essa crise não é visível somente ao nível da ineficiência do governo exercida pelos poderes jurídico, legislativo e executivo, mas também, e sobretudo, no caráter cada vez menos representativo da utilidade e funcionalidade das suas políticas sociais nos domínios da segurança social, da previdência, dos subsídios de desemprego, da saúde, da educação e da segurança. A crescente visibilidade social da corrupção e do clientelismo protagonizados pela burocracia profissional e pela burocracia política acusam uma crescente lacuna entre as necessidades da sociedade civil e as prerrogativas funcionais dos agentes do Estado. A legitimidade para regular e controlar o contrato social institucionalizado entre a sociedade civil e o Estado é, por tais motivos, cada vez mais frágil.

Por outro lado, o peso estruturante da nova ordem econômica mundial imposto pelo poder das

transnacionais e das multinacionais subverte e elimina grande parte da legitimidade e funções ligadas ao controle e administração dos territórios e da economia confinados às fronteiras e limites do Estado-Nação. Para contrariar esta perda de influência sobre a economia, o Estado-Nação, tal como o conhecemos hoje, tende a desmoronar e a transformar-se num Estado mundial.

Perante este quadro de crise generalizada do Estado e do capitalismo, as alternativas societárias que pretendiam realizar o socialismo ou o comunismo revelaram-se frustradas e adversas, na medida estrita em que não só não extinguiram as bases econômicas, sociais, políticas e culturais que inviabilizam as aspirações de emancipação social, como, por outro lado, demonstraram-se incapazes de realizar essa tarefa histórica. Os múltiplos anarquismos que fazem da anarquia uma opção de luta para a realização da revolução social — com especial incidência para o anarco-sindicalismo, o comunismo libertário e o anarco-comunismo — estão em crise porque não conseguem estruturar uma ação coletiva suficientemente revolucionária, cuja finalidade é abolir o capitalismo e o Estado.

Com base na atual crise do Estado e do capitalismo, estas correntes bem se esforçam por aplicar os seus princípios e as suas práticas, todavia, embora em alguns países se assista à emergência de alguma visibilidade social, sobretudo a partir de grupos de jovens, mulheres, minorias étnicas e culturais, estudantes, na maioria dos casos, têm pouca expressão no seio dos trabalhadores assalariados, dos oprimidos e dos explorados que mergulharam no mundo da economia informal, do desemprego, do crime, da precariedade da vinculação contratual, na miséria e na exclusão social. Na minha opinião, esta crise decorre essencialmente da manifesta

incapacidade destas correntes em compreenderem as atuais características do Estado, do capitalismo e, necessariamente, dos próprios trabalhadores assalariados, dos oprimidos e explorados que dizem defender. Como conseqüência dessa incapacidade, impotentes e frustrados nas suas intenções de fazer a revolução social, transformam-se em “guetos ou seitas religiosas”, vivendo de uma forma dogmática e “revolucionária” a memória histórica de heróis, mitos e bandeiras em que não tiveram participação ativa.

No entanto, e por mais paradoxal que possa transparecer, como a anarquia não é um *ismo* e, portanto, não pode transformar-se numa religião, num dogma ou numa sociedade hipoteticamente finita, a luta pela liberdade e pela emancipação social nunca poderá ser extinta enquanto a natureza subsistir e os indivíduos do planeta Terra continuarem a ser uma unidade indestrutível de essência biológica e social.

Neste amplo sentido, a anarquia é, foi e será sempre a negação do Estado e do capital, mas o seu êxito prático só poderá ser realizado hipotética e progressivamente pelos indivíduos que aspiram à liberdade, à cooperação, à solidariedade e à reciprocidade, sem necessidade de deuses e de amos. Para este efeito, não são necessários os mitos da luta de classes, da revolução social, do mito de que o poder e o Estado só são realidades institucionais exteriores à natureza dos indivíduos e dos grupos sociais que compõem as sociedades.

Podemos já hoje visualizar algumas tendências, embora rudimentares, da experimentação social de práticas predispostas à construção de certos tipos de economia que vão no sentido da perspectiva libertária. Refiro-me, concretamente, às experiências que

decorrem de algumas cooperativas e associações privadas sem fins lucrativos.

É certo que a grande maioria dessas experiências decorrem, fundamentalmente, da crise de regulação da economia por parte do Estado e do mercado, como são, principalmente, os casos de saúde, educação, formação e serviços de animação cultural que integram as atividades econômicas no âmbito das comunidades locais. Mas também é verdade que alguns grupos se constituem autonomamente fora dessas vicissitudes de adaptação à crise de regulação do Estado e do mercado, e de forma autogestionária produzem, distribuem, trocam e consomem determinados produtos e serviços que escapam ou procuram fugir das vicissitudes da concorrência e do lucro capitalista e, ao invés disso, procuram organizar-se com base nos parâmetros da liberdade, da cooperação, da solidariedade e da reciprocidade. Por outro lado, a sua esfera de ação tende a se alargar para o exterior das comunidades locais onde estão inseridos, criando, paulatinamente, redes sociais informais e espontâneas, aproximando e identificando produtores e consumidores e, ao mesmo tempo, vão abolindo, progressivamente, as relações sociais baseadas no oportunismo e exploração, no momento da distribuição e troca de bens e serviços.

Para que esta alternativa hipotética de economia libertária se desenvolva no sentido da anarquia é imprescindível que esta não seja um mero fenômeno de reação e de adaptação à crise de regulação econômica inscrita nas funções do Estado e do mercado. Neste momento histórico é imprescindível que a anarquia seja difundida como projeto societário emancipacionista, mas tendo presente que é sempre um projeto inacabado, porque a liberdade e as pulsões de vida, na perspectiva da anarquia, são para serem vividas todos os segundos,

todos os minutos, todas as horas, dias, meses, anos e, como tal, nunca poderão ser objeto de cristalização ou de modelação histórica.

Notas

- ¹ Max Stirner. *L'Unique et sa propriété*. Paris, Éditions de la Table Ronde, 2000.
- ² P-J Proudhon. *Systèmes des contradictions économiques ou philosophie de la misère*. Paris.A. Lacroix, Verboeckhoven & Ce., Éditeurs, 1872, vol II.
- ³ P-J Proudhon. *O que é a propriedade?*. Lisboa, Editorial Estampa, 1997.
- ⁴ P-J Proudhon. *Do princípio federativo e da necessidade de reconstituir o partido da revolução*. Lisboa, Edições Colibri, 1996.
- ⁵ Idem.
- ⁶ Jean Bancal. *Proudhon, pluralismo e autogestão*. Brasília, Novos Tempos Editora, 1984.
- ⁷ Piotr Kropotkin. *A conquista do pão*. Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1975.
- ⁸ Piotr Kropotkin. *Champs, usines et ateliers*. Ivry-sur-Seine, Phénix Éditions, 2001.
- ⁹ Piotr Kropotkin, op. cit., 1975.
- ¹⁰ Piotr Kropotkin. *El apoyo mutuo*. Móstoles, Ediciones Madre Tierra, 1989
- ¹¹ Idem.
- ¹² Piotr Kropotkin, op. cit., 1975.
- ¹³ Idem, p. 218.
- ¹⁴ Ibidem, p. 51.
- ¹⁵ Diego Abad de Santillán. *Organismo económico da revolução — a autogestão na revolução espanhola*. São Paulo, Livraria Brasiliense Editora, 1980.
- ¹⁶ Idem, p. 65.
- ¹⁷ Diego Abad de Santillán. *Estrategia y Táctica*. Madrid/Gijón, Ediciones Júcar, 1976, pp. 148-149.

RESUMO

Em meio às crises da economia capitalista na era da globalização, alguns anarquistas, na falta de perspectivas, agarram-se às experiências do passado, em busca de doutrinas salvadoras. A partir do que foi pensado por alguns autores clássicos como Max Stirner, Proudhon, Kropotkin e o revolucionário Diego A. de Santillán sobre o tema da economia libertária, o autor faz um paralelo com uma análise do momento histórico atual apontando para possibilidades e invenções anarquistas destacadas de uma visão dogmática.

Palavras-chave: autogestão, economia libertária, revolução social.

ABSTRACT

Amongst the crisis of the capitalist economies in the globalization era, some anarchists, due to a lack of perspective, have tied themselves to past experiences, searching for redemptory doctrines. Based on the thought of Max Stirner, Proudhon, Kropotkin and the revolutionary Diego A. de Santillán about libertarian economy, the author analyzes the present historical moment, pointing out possibilities and anarchist inventions apart from a dogmatic perspective.

Keywords: self governance, libertarian economy, social revolution.

Recebido para publicação em 24 de janeiro de 2004.